Mudanças legais no processo de esterilização feminina: os novos dilemas éticos envolvendo a laqueadura

Deborah Alvim Monteiro Batista Alves¹; Kallyta Myllena e Silva²; Luiz Gustavo da Silva Prado³; Mariana Camilo de Sousa⁴; Prof. Livre-docente Dr. Waldemar Naves do Amaral⁵

RESUMO

A acessibilidade a métodos contraceptivos representa um avanço na conquista do direito à igualdade entre homens e mulheres, uma vez que o papel social feminino deixa de ser determinado exclusivamente pela maternidade. A Lei nº 9.263/1996, sobre planejamento familiar, estipulava que todo cidadão tivesse liberdade quanto à extensão ou limitação de sua prole, entretanto, os critérios de elegibilidade eram mais rígidos quanto a métodos definitivos, como a laqueadura. A princípio, a mulher poderia solicitar a esterilização a partir dos 25 anos de idade ou se tivesse, pelo menos, dois filhos vivos, sendo solicitada aprovação do cônjuge e prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o procedimento, período no qual a mulher passaria por uma equipe multidisciplinar visando desencorajar a esterilização precoce. A Lei nº 14.443/2022, porém, prevê a redução da idade mínima para 21 anos ou se a mulher tiver, pelo menos, dois filhos vivos, ainda com prazo de sessenta dias entre a solicitação e o procedimento, bem como a tentativa de dissuasão por equipe especializada, mas sem necessidade de aprovação de terceiros. A superioridade da eficácia da laqueadura na prevenção de gravidez em relação aos demais métodos contraceptivos é clara, contudo, a irreversibilidade do procedimento preocupa a equipe de saúde, uma vez que se notou grande número de arrependimentos e procura de serviços para reversibilidade da cirurgia, principalmente por parte de mulheres mais jovens. Além disso, o tempo para resposta à solicitação cirúrgica é longo, podendo ainda haver falta de estrutura hospitalar. Dessa forma, persiste a preocupação a respeito de como oferecer liberdade reprodutiva, validando os direitos femininos, sem gerar danos futuros e ser, de fato, acessível.

Palavras-chave: Esterilização Tubária; Direitos Reprodutivos; Aplicação da Lei.

ABSTRACT

Legal changes in the female sterilization process: the new ethical dilemmas involving tubal ligation

The accessibility to contraceptive methods represents an advance in achieving the right to equality between men and women, since the female social role is no longer exclusively determined by motherhood. The Law No. 9,263/1996, on family planning, stipulated that every citizen had freedom as to the extent or limitation of their offspring, but the eligibility criteria were stricter for definitive methods, such as tubal ligation. In principle, women could request sterilization from the 25 years of age or if she had, at least, two living children, with the approval of the spouse being requested and a minimum period of sixty days between the manifestation of the will and the procedure, period in which the woman would undergo a multidisciplinary team to discourage early sterilization. The Law No. 14,443/2022, however, predicts the reduction of the minimum age to 21 years or if the woman has, at least, two living children, still with a period of sixty days between the request and the procedure, as well as the attempt of dissuasion by a specialized team but without need for third-party approval. The superiority of the effectiveness of tubal ligation in preventing pregnancy compared with other contraceptive methods is clear, but the irreversibility of the procedure worries the health team due to the large number of regrets and the demand for services for surgery reversibility, mainly from younger women. In addition, the time to respond to the surgical request is long, and there may still be a lack of hospital structure. Thus, there is still concern about how to offer reproductive freedom, validating women's rights, without generating future damage and being, in fact, accessible.

Keywords: Sterilization, Tubal; Reproductive Rights; Law Enforcement.

1. **Acadêmica** da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – deborahalvim@discente.ufg.br

2. **Acadêmica** da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – kallytamyllena@discente.ufg.br

3. **Acadêmico** da Faculdade de Medicina, Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN) – luizgustavoprado62@gmail.com

4. **Acadêmica** da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Goiás (UFG) – marianacamilo@discente.ufg.br

5. **Professor** Livre Docente, Universidade Federal de Goiás (UFG) – waldemar@sbus.org.br

Endereço de correspondência:

Déborah Alvim Monteiro Batista Alves – Rua 90, número 544, Setor Sul Ed. Jamile – Goiânia (GO), Brasil – CEP: 74093020

Declara não haver conflito de interesse.

Introdução

Por muitos anos a prática da esterilização no Brasil foi realizada de forma clandestina, uma vez que era proibida pelo Código Penal e pelo Código de Ética Médica até o ano de 1988, salvo em algumas situações específicas de risco de vida.¹

Essa realidade foi modificada em 1997, dentro do contexto de movimentos sociais, quando o Ministério da Saúde estabeleceu as regras para a realização de esterilização cirúrgica, tanto feminina quanto masculina, no Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, a esterilização tubária é um método de alta prevalência no mundo, principalmente em países menos desenvolvidos.

Algumas mudanças, entretanto, foram feitas pela Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022,² como a redução da idade mínima da mulher de 25 para 21 anos, ou, em qualquer idade, se tiver pelo menos dois filhos vivos; autorização da cirurgia durante o parto, se houver transcorrido o período mínimo de sessenta dias desde a manifestação da vontade; e a revogação da exigência de consentimento de ambos os cônjuges para que ocorra o procedimento.

Ainda não se sabe quais serão os impactos das novas decisões legais, mas algumas preocupações já foram apontadas pelos profissionais de saúde, em especial no que diz respeito ao critério de idade. As repercussões das mudanças legais e os novos dilemas éticos envolvendo essa cirurgia não se restringem apenas à questão etária, mas envolvem também questões morais, éticas, sociais e religiosas da equipe de saúde, as quais podem criar obstáculos para o cumprimento da lei.

Materiais e metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, de caráter descritivo, realizada por meio de buscas nas plataformas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico, além de no Diário Oficial da União. O objetivo do estudo é discutir as mudanças e impactos da Lei nº14.443/2022, que acaba com a obrigatoriedade do consentimento do cônjuge para a realização de laqueadura tubária, para mulheres, e de vasectomia, para homens.

A estratégia de busca se deu por meio dos descritores “Esterilização Tubária”, “Direitos Reprodutivos” e “Aplicação da Lei”, os quais foram combinados a partir de operadores booleanos para refinamento do estudo. Foram definidos como elegíveis os trabalhos publicados em inglês ou português e disponibilizados gratuitamente na íntegra. Optou-se por não restringir o tempo de publicação dos artigos.

Ao fim, foram selecionados seis artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos.

Resultados

Os seis artigos selecionados a partir das buscas nas plataformas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico estão listados no Quadro 1, com seus respectivos títulos, autores, ano de publicação e objetivos.

QUADRO 1 – ARTIGOS ANALISADOS

TÍTULO	AUTOR E ANO	OBJETIVOS
A esterilização cirúrgica feminina no Brasil, controvérsias na interpretação e desafios na aplicação da Lei 9263	Yamamoto ST ¹	Compreender o contexto por trás da implementação e aplicação da Lei nº 9263/1996.
Blessed be the fruit: resquícios de um viés controlista em ações sobre cirurgia de laqueadura no Judiciário de Santa Catarina (2015-2016)	Oliveira AM, Rodrigues HW ³	Analisar questões pertinentes relacionadas à Lei nº 9.263/1996 e explorar exemplos práticos e controvérsias jurídicas.

TÍTULO	AUTOR E ANO	OBJETIVOS
Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres “vulneráveis”	Brandão ER, Cabral CS ⁴	Analisar as restrições da Lei nº 9.263/1996 como um mecanismo de “coerção contraceptiva” e vulnerabilização da mulher neste contexto.
Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada	Caetano EJ ⁵	Explorar o contexto da esterilização feminina no Brasil dos anos 2000 a 2006 e investigar os obstáculos no acesso e execução do procedimento.
Laqueadura e a ausência de liberdade da mulher com o seu corpo: a intervenção estatal no processo de construção familiar	Teixeira IM, Moura LBOF, Souza EC ⁶	Analisar a lei do planejamento familiar com enfoque nos direitos reprodutivos femininos e autonomia da mulher sobre seu corpo.
Os limites da intervenção do Estado na autonomia da mulher: uma análise sobre a Lei Nº 9.263/1996	Maia GAS, Conturbia JNA ⁷	Analisar, sob a óptica legal, as controvérsias da Lei nº 9.263/1996.

A laqueadura tubária é um método de esterilização cirúrgica feminina que, por muito tempo, foi negligenciado e omitido pela lei devido aos diversos aspectos políticos, bioéticos, demográficos e sociais que englobam este tema. Apenas em 1997, com o início do debate acerca de direitos reprodutivos no cenário mundial, o Ministério da Saúde estabeleceu as regras para a realização da esterilização cirúrgica no SUS, por meio da Portaria nº 144/1997, que regulamentou os parágrafos correspondentes à esterilização na Lei nº 9.263, sancionada em 12 de janeiro de 1996¹. Essa regulamentação passou a ser considerada um avanço do ponto de vista dos direitos reprodutivos, uma vez que pretendia garantir aos cidadãos o controle da fecundidade de forma segura, baseado nos princípios de autonomia e liberdade, com o apoio do Estado por meio do SUS.

Mesmo com a relevância da lei no novo cenário sociocultural, uma série de impasses e lacunas ainda permeavam a questão da laqueadura, entre eles: persistência de uma demanda reprimida, com tempo médio de espera de 18 a 24 meses para laqueadura; questões morais, éticas, sociais e religiosas norteadas por diferentes interpretações da lei por profissionais de saúde; carência de 60 dias entre a aprovação da esterilização pela equipe e sua execução, que costuma ser considerada muito longa; falta de acesso ou de insumos adequados à esterilização cirúrgica pelo SUS; decisão final centralizada no poder médico, mesmo obedecendo aos critérios e tendo a aprovação da equipe multidisciplinar; necessidade do aval do cônjuge para realização do procedimento; e restrição de idade.

Por muitos anos, a omissão da legislação em relação às falhas da lei e de sua aplicabilidade foram questionadas e criticadas por profissionais de diversas áreas. Em 2022, no entanto, a Lei nº 14.443 buscou corrigir tais falhas e promoveu mudanças, dentre elas, a redução da idade mínima de 25 para 21 anos, ou, em qualquer idade, se a mulher tiver pelo menos dois filhos vivos; autorização da cirurgia durante o parto se houver transcorrido o período mínimo de sessenta dias desde a manifestação da vontade; além da marcante revogação da antiga exigência de consentimento de ambos os cônjuges, para que ocorresse o procedimento.

A revogação do consentimento da figura masculina frente à decisão da laqueadura e diminuição da idade mínima para realização do procedimento garantiu às mulheres maior protagonismo e posse das decisões relativas à maternidade, representando uma grande conquista para os direitos da população feminina.

Devido à aprovação recente das mudanças na legislação, ainda não se sabe quais serão os seus verdadeiros impactos na população, mas ainda existem grandes preocupações dos profissionais de saúde acerca da redução da idade – uma vez que se acredita que as mulheres têm altas chances de se arrependem futuramente – e, também, acerca do cumprimento da lei, que ainda não é vista com bons olhos por todas as equipes médicas, tendo em vista os dilemas morais, éticos, sociais e religiosos que permeiam a esterilização feminina.

Conclusão

Dessa forma, percebe-se que a modificação da lei de planejamento familiar, ocorrida em 2022, que reduz a idade mínima para a esterilização tubária de 25 para 21 anos e revoga a exigência de consentimento de ambos os cônjuges para realização da cirurgia, tem como objetivo aplicar na realidade os princípios de autonomia e liberdade dos cidadãos brasileiros, além de evoluir o processo de busca por igualdade entre homens e mulheres.

No entanto, apesar de legalmente ter ocorrido essa mudança, na prática, ainda existem muitos dilemas morais, éticos e sociais que esbarram no cumprimento da lei, como a carência de 60 dias entre a aprovação da esterilização pela equipe e sua execução, falta de acesso ou insumos adequados e a decisão final centralizada no poder médico, mesmo obedecendo aos critérios e tendo a aprovação da equipe multidisciplinar, o que configura um desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, previstos na Lei nº 9263/1996.

Referências

1. Yamamoto ST. A esterilização cirúrgica feminina no Brasil, controvérsias na interpretação e desafios na aplicação da Lei 9263 [dissertação na Internet]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2011 [acesso em 21 nov 2022]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-29112011-134801/publico/SergioYamamoto.pdf>
2. Maia GAS, Conturbia JNA. Os limites da intervenção do Estado na autonomia da mulher: uma análise sobre a Lei nº 9.263/1996. Revista Juris UniToledo [Internet]. 2022 [acesso 21 nov 2022];7(1):126-44. Disponível em: <http://www.ojs.toledo.br/index.php/direito/article/view/3883>
3. Oliveira AM, Rodrigues HW. *Blessed be the fruit*: resquícios de um viés controlista em ações sobre cirurgia de laqueadura no Judiciário de Santa Catarina (2015-2016). Rev Direito GV [Internet]. 2019 [acesso 21 nov 2022];15(1):e1906. doi: 10.1590/2317-6172201906
4. Brandão ER, Cabral CS. Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres "vulneráveis". Horiz Antropol [Internet]. 2021 [acesso 21 nov 2022];27(61):47-84. doi: 10.1590/S0104-71832021000300002
5. Caetano AJ. Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada. Rev Bras Estud Popul [Internet]. 2014 [acesso 21 nov 2022];31(2):309-31. doi: 10.1590/S0102-30982014000200005
6. Teixeira IM, Moura LBOF, Souza EC. Laqueadura e a ausência de liberdade da mulher com o seu corpo: a intervenção estatal no processo de construção familiar [Internet]. Mossoró: Universidade Potiguar; 2022 [acesso 21 nov 2022]. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22472>
7. Kosanke RM. 済無 No Title No Title No Title. 2019;(9):126-44.

Recebido em: 25/10/2022

Revisões requeridas: 18/11/2022

Aprovado em: 18/11/2022